

O Jesuíta Timóteo de Oliveira: Confessor e Mestre da Rainha Dona Maria I

Alice Lázaro¹

<http://www.binhomirroico.com>

Não cabe aqui enaltecer – por superabundante – a dimensão da Companhia de Jesus, no que se toca ao seu papel e inigualável contributo cultural no âmbito do ensino e produção científica e consequente influência na vida portuguesa, verificados ao longo dos séculos, desde que entrou em Portugal e até à sua abolição, no século XVIII. Os arquivos aí estão para o demonstrar e os estudos, que vêm sendo realizados, enfatizam-no. Cabe, neste sentido, no entanto, sendo justo realçá-lo, a figura e a obra do P.e Timóteo de Oliveira.

Embora não inteiramente ignorada tem faltado a esta distinta figura o relevo que merece, da parte da historiografia, tendo em conta a alta distinção de ter sido o primeiro confessor e mestre da princesa do Brasil e futura rainha D. Maria I e das irmãs. É em virtude do balanço significativo, resultante do estudo da sua pessoa e acção, que se justifica trazê-lo à boca de cena e retirá-lo da relativa obscuridade em que jaz, fazendo-lhe merecida justiça e à sua memória.²

O conhecimento privilegiado deste jesuíta chegou-nos depois da delimitação do *corpus* intitulado *Parabéns à Sereníssima Princesa do Brasil Nossa Senhora depois Rainha Fidelíssima D. Maria I nos dias dos seus anos*, no contexto da obra manuscrita da sua autoria: *Colecção de Várias Obras Latinas e Portuguesas*, T. 2.º – o único que se conhece do conjunto – e da qual é parte integrante.³

A investigação complementar no intuito de situar a obra e o autor, temporal e socialmente, levou-nos até outras contribuições da sua autoria, que vieram a demonstrar ser uma mais-valia

¹ Alice Lázaro, Licenciada em História pela FLL e Mestre em História da Arte. Investigadora e autora de trabalhos no âmbito da História, com incidência na documentação compulsada em fontes inéditas. Autora de vários livros, onde, entre outros, se debruça sobre temáticas relativas ao reinado de D. Maria I.

² Este artigo pretende corresponder ao convite, amavelmente formulado pelo P.e António Limpo Trigueiros, na qualidade de membro director da *Revista Brotéria*, por ocasião do lançamento do livro *A Virtuosa Arte de Reinhar nos Parabéns à Rainha Dona Maria I pelo seu Confessor*, Chiado Editora, 2016.

³ BNP. Códice 7661, fls. 191-268.

ulterior, indo além do desiderato inicial, que era a transcrição e leitura crítica dos *Parabéns*. A este propósito, é de notar que tal interesse derivou de trabalhos de investigação anteriores, concernentes à vida privada da rainha D. Maria I e dos filhos (infanta D. Mariana Vitória de Bragança e infante D. João, depois rei D. João VI e da infanta D. Carlota Joaquina, esposa deste), no âmbito epistolar familiar.

Oriundo de uma família da média burguesia, com bens de raiz na região de Lisboa, designadamente Olivais e imóveis, também na capital, era filho do cirurgião da corte António Francisco de Oliveira e de D. Lourença Vieira, esta, com raízes na região de Aljubarrota cujos progenitores, radicados na capital, ganhavam a vida no trato mercantil aliado à de lavradores, o P.e Timóteo de Oliveira veio ao mundo no ano de 1707 em Lisboa, freguesia de São Nicolau, onde os pais tinham casa, sendo o último de quatro rapazes numa generosa prole que não sobreviveu, reduzida agora a seis membros, dos quais duas raparigas.

As notícias aportadas pelo testamento de mão comua dos pais do P.e Timóteo de Oliveira permitem-nos afirmar que ambos formavam um casal de pessoas piedosas e que os filhos terão sido criados num ambiente de sã convivência. Preocupados, naturalmente, com o futuro dos filhos, percebe-se melhor a razão de terem procurado encaminhá-los, na medida das suas posses, de modo a inseri-los socialmente numa hierarquia superior ao do seu nascimento.

Assim, verificamos que os pais do futuro confessor de D. Maria I se tinham tornado membros leigos da Congregação do Oratório, desde a criação desta, sob a orientação do P.e Bartolomeu do Quental e foi para ali que encaminharam os três filhos mais velhos, instituição aonde vieram a realizar os seus estudos e fazer profissão de fé. Destes, o mais velho, foi o primeiro bispo oratoriano em Portugal, P.e Júlio Francisco de Oliveira, nomeado por D. João V para a diocese de Viseu (1741), aonde exerceu grande influência, pela qualidade do seu pastoreio e expansão cultural. O próprio D. Júlio era membro efectivo da Academia Real de História. É reconhecido o grande impulso dado por este bispo à Congregação Oratoriana no Norte, matéria que mereceu já a atenção dos estudiosos.

Não foi aquele o percurso destinado ao P.e Timóteo de Oliveira, o qual, tanto quanto apurámos e autores de referência, como seja Barbosa Machado, Inocêncio e C. Sommervogel caucionam, cedo foi encaminhado para a Companhia de Jesus. Ali estudou e foi professor, conforme declarações suas: *Prefeito dos Estudos no Real Colégio de Santo Antão* e noutra lugar: *P.*

*Timotheo de Oliveira, Societ. Jesu; Olim in Conimbricensi Artium Collegio Primario Eloquentiae Professore.*⁴

De acordo com os registos da sua petição, o futuro confessor da herdeira da coroa entrou no Noviciado de Lisboa a 24 de Fevereiro de 1721, para estudar com os membros da Companhia de Jesus. O 4.º voto seria jurado no decurso de 1740, notícia que é avançada pelos próprios pais, no testamento já referido: “Agora (24.1.1740) assistia no Seminário de São Patrício da mesma cidade (Lisboa), o qual ainda não fez a profissão do 4.º voto e brevemente espera fazê-la”.⁵

Nos anos imediatamente anteriores àquele, os dados apontam para que tenha assistido na cidade de Coimbra (assim como mais tarde terá vivido algum tempo em Viseu, segundo as pistas adiantadas pelo manuscrito para onde nos remetemos). Achando-se do ano de 1740 em diante, novamente na cidade de Lisboa, onde passou a morar, o jesuíta veio a desenvolver contactos estreitos na esfera das relações palacianas e terá frequentado o ambiente da corte de D. João V, se é que a não frequentava antes, designadamente a biblioteca real, à qual tinha acesso, conforme se pode concluir com base na sua palavra. De resto, o irmão, D. Júlio Francisco de Oliveira, era neste tempo membro frequentador do círculo do monarca, por quem tinha sido investido na gestão de alguns processos de natureza semiprivada, enquanto consultor, além de ser académico da Academia de História, desde 1736 (cf. *Oração* de 30 de Abril).

Os contactos que o P.e Timóteo de Oliveira entreteve e que seriam retribuídos na hospitalidade oferecida pelas famílias da mais alta nobreza da altura, conde de Vimioso (8.º do título e 2.º marquês de Valença) e o 1.º marquês de Alegrete (Manuel Teles da Silva), entre outros, a quem se pode juntar a do 6.º conde de Aveiras (1.º marquês de Vagos, D. Francisco da Silva Telo e Menezes), além da família de Tarouca, por via da condessa D. Francisca Rosa de Menezes. Estes elementos fornece-os o próprio P.e Timóteo de Oliveira, por meio dos apontamentos, contidos não só na referida sua obra manuscrita (Códice 7661), mas também nas obras da sua autoria, impressas, nomeadamente, as que dedicou ao conde de Vimioso e ao conde de Aveiras.⁶

Mas as marcas da linha de pensamento, cultivado pelo P.e Timóteo de Oliveira, que vemos plasmado nos *Parabéns*, por ele escritos e dedicados à real discípula e futura rainha, são as que se acham já delineadas na *Oração fúnebre das Exéquias do Fidelíssimo e Augustíssimo Rei D. João V*, a qual saiu impressa

⁴ *Quem é o P.e Timóteo de Oliveira?* in ob. supracitada.

⁵ *Os laços familiares*, idem.

⁶ Cf. ob. supra e referidos capítulos.

em duas edições distintas. Uma destas edições é uma edição conjunta com a memória descritiva do plano cenográfico, criado e montado para celebrar o grandioso acto, realizado na Sé de Lisboa (Basílica de Santa Maria Maior), nos dias 30 e 31 de Agosto. O projecto foi da responsabilidade de Bento Morganti, cónego naquela instituição, figura ilustre e filho do italiano de Lucca, Lourenço Morganti, editor, livreiro e antiquário, pessoa de grande nomeada na Lisboa e corte joaninas.⁷

É precisamente no ano anterior ao desenlace real que é dada como certa a entrada do P.e Timóteo de Oliveira em funções na corte, na qualidade de mestre e também confessor da princesa do Brasil e das infantas, facto que os *Parabéns* permitem situar com clareza, na medida em que os discursos gratulatórios têm início em 1749, por ocasião da celebração do 15.º aniversário da futura rainha. A entrada do jesuíta – cuja idade pouco passava dos quarenta anos – dever-se-á a recomendação de algumas das figuras acima nomeadas ou dos superiores da ordem, num convénio a que não seria alheia a influência decisiva de D. Maria Ana de Áustria, protectora da Companhia, crença que alimentamos fundamentado nas pistas que apontam nessa direcção.

Permeia *Parabéns* a ideia que, reduzida, poderemos verter por *A Virtuosa Arte de Reinara*, sendo todo o elegante discurso do P.e Timóteo de Oliveira, norteado pela clara intenção pedagógica de ir ao encontro das suas obrigações de mestre. Não cabe aqui dissecar os princípios morais e éticos que subjazem ao conceito veiculado pela proposição. Todavia, serve-nos a mesma para perceber o alcance, não só da função do preceptor mas, sobretudo, captar melhor o grau da sua ilustração e avaliar a ambiência em que esta seria ministrada e incorporada: no confessor, enquanto mestre e na princesa, enquanto discípula. Superintendeu a mesma preocupação à investigação cujo resultado se apresenta no livro donde se extrai esta síntese.

Decorrente da própria leitura crítica, oferecida pelos *Parabéns*, facilmente se verifica que o *corpus* forma um todo composto por dois momentos distintos, como resulta da aferição das balizas temporais: 1749-1756 e 1778-1786. Justamente, por causa deste facto, impunha-se estudar e alargar o enquadramento em que aquele é produzido, não só o *corpus*, mas todo o manuscrito onde aparecem inseridos, que é o mencionado Códice

⁷ *Descrição fúnebre das Exéquias, que a Basílica Patriarcal de S. Maria dedicou à Memória do Fidelíssimo Senhor Rei Dom João V, escrita e delineada por Bento Morganti, Beneficiado na mesma Igreja, com a Oração Fúnebre, que nas mesmas exéquias recitou o M. R. P. M. Timóteo de Oliveira, etc., oferecido tudo à Majestade Fidelíssima de Dom José I, Nosso Senhor, pelos Cónegos da mesma Basílica, Lisboa, Of. de Francisco da Silva, 1750.*

7661. Da leitura alargada chegamos então à conclusão de que estamos perante uma sorte de memória autobiográfica, concebida com a intenção de dar a conhecer os passos da vida do autor e o drama tipificado nela.

A interrupção assinalada pelas balizas da escrita e conferível no manuscrito decorreu da expulsão dos confessores do paço, em Setembro de 1757, razão para não se achar no *corpus* os *Parabéns* relativos à celebração desse ano. Do drama e do tempo que medeia da sua expulsão ao encarceramento e dos demais confessores reais, no célebre presidio da Junqueira, tomaremos conhecimento através do registo histórico existente. Contudo, não deixará o próprio P.e Timóteo de Oliveira de nos guiar nos meandros daquela terrível experiência e dos seus companheiros, expulsos e forçados ao exílio a maior parte deles, quando não abjuraram da sua profissão de fé. Estamos já a falar de um outro manuscrito, existente no Arquivo da Torre do Tombo e cuja autoria pudemos autenticar a partir da leitura hermenêutica e comparada com o conteúdo do Códice 7661.⁸

A par da obra *Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal* em latim da autoria do jesuíta P.e José Caeiro, escrita no exílio e cuja autoria o P.e Timóteo confirma por exaração da sua mão, o manuscrito da ANTT segue os passos da mesma cruz ou seja, trata-se de uma compilação, como o nome indica, das notícias justificativas elaboradas pelos seus membros – no exílio em Roma – anónimas na sua maioria remetidas para Lisboa ao P.e Timóteo de Oliveira de 1777 em diante.

O cuidado posto pelo ex-confessor na reunião e encadernação de tais testemunhos, dos quais fez cópias, que reencaminhou para as pessoas das suas relações, nomeadamente, para o casal real, D. Maria I e D. Pedro III – conforme se declaração do próprio a dado momento deste manuscrito – acabaria por nos servir de pista para a identificação do provável autor de outra obra, depois publicada, mas inspirada no manuscrito anónimo, intitulado: *Manifesto da inocência dos jesuítas portugueses na causa da suposta conjuração e atentado contra o Fidelíssimo Rei e Senhor D. José I, extraído da mesma sentença em que foram declarados cúmplices daquele delito. Dedicado aos mesmos jesuítas por um anónimo no ano de 1779. Inédito – Ms. In fólio de 121 fls.*⁹

⁸ ANTT. MSLIV-2450: *Colecção de Obras e Notícias Justificativas da Companhia de Jesus na sua fatal abolição*, Vol. 2.º (Nota: Não se achou o 1.º Volume desta obra, à semelhança do que sucedeu também com o 2.º Volume da obra concernente ao Códice 7661 da BNP).

⁹ Este manuscrito vem alistado no *Catálogo dos Preciosos Manuscritos da Biblioteca dos Marqueses de Castelo Melhor*, Lisboa, 1878.

As dúvidas acerca da atribuição foram dirimidas depois da leitura da obra impressa, sob o título: *Tratado Apologético da Inocência dos Jesuítas no atentado de 3 de Setembro de 1758 contra a sagrada pessoa do Fidelíssimo Rei Dom José Primeiro ou Demonstração das falsidades da caluniosa sentença de 17 de Janeiro de 1759, Lisboa 1867*. Esta contém informação relevante que chamou também a atenção de Pedro de Azevedo, conforme ele declara numa obra da sua autoria onde trata do atentado contra D. José I.¹⁰

A aludida relevância decorre das achegas providas pelo método de elaboração do *Tratado Apologético* que nos leva à conclusão de que este só poderá ter sido escrito por quem tivesse experienciado na primeira pessoa os acontecimentos relatados, enriquecido de testemunhos, dos agentes envolvidos na elaboração do processo acusatório de que resultou a condenação de uns à morte (nobres e pretensos seus cúmplices) e de outros ao cárcere, estes, sem acusação formal, como aconteceu com os confessores, dos quais o P.e Timóteo de Oliveira.

Acresce ainda, para reforçar ainda mais a convicção formulada, saber-se por testemunho externo, de D. João de Almeida, nas suas memórias, por ter sido companheiro destes jesuítas na Junqueira o desembargador António de Andrade Freire Encerrabodes, o qual se mostrou sempre vivo interesse pela terrível questão, traduzido nas conversas entretidas com os presos, assunto reflectido no *Tratado Apologético*.¹¹

Mas não só na apologia, onde reaparece toda a amarga experiência do P.e Timóteo de Oliveira, mas também no cotejo com notícias, de que o próprio faz eco na colecção do manuscrito da ANTT, publicadas no estrangeiro, também os apontamentos ali coligidos, põem a descoberto a produção literária do ex-confessor e das quais nos ocupámos, fornecendo-nos aqueles um interessante contributo para a criação da sua biografia e chamar à discussão as teses aventadas.

Uma dessas teses é, no seguimento do que fica dito relativamente à autoria do *Tratado Apologético*, a hipótese levantada sobre quem será o autor de três conhecidas obras apologéticas, anónimas, as quais nos serviram de cotejo, neste contexto, tendo-se chegado à conclusão que uma dá origem às outras, sendo a primeira delas e o original mais provável, a que impressa em Varsóvia em francês, traduzida do original italiano, que é atribuído a Francesco Gustà. Da reflexão suscitada, refutase a atribuição, ao mesmo tempo que se propõe, senão a autoria

¹⁰ *O Processo dos Távoras – Inéditos*, Lisboa, 1921.

¹¹ Marquês de Alorna. *As Prisões da Junqueira durante o Ministério do Marquês de Pombal*, 2.^a ed., 1882.

do(s) escrito(s) pelo menos, um forte contributo na participação da sua elaboração e no fornecimento de materiais apensos, a partir de Lisboa, comprovativos das razões expostas na dita apologia, pelo P.e Timóteo de Oliveira.¹²

Serve o manuscrito da ANTT ainda, para ilustrar passagens do reatamento da relação do P.e Timóteo de Oliveira com a sua ex-discípula, meandros que são esclarecidos pela voz do próprio e ali compiladas. Finalmente, da comparação dos conteúdos dos dois escritos, coligidos com propósitos diferenciados, mas servindo um objectivo comum, entende-se melhor a esperança dos proscritos na restauração da Sociedade de Jesus em Portugal e o importante papel do ex-confessor na consecução desse desiderato, mediado por D. Pedro III, junto da rainha D. Maria I.

Justamente o ano de 1786, que assinala a morte deste rei, é o do último dos *Parabéns*, remate de um desígnio tão bem augurado em 1778, quando o ex-confessor retoma a tarefa, interrompida por quase vinte anos de prisão, que lhe malogrou os bons começos, delineados a partir de 1749. A coincidência verificada entre a morte do rei e o fim dos *Parabéns* comprova também a convicção de que era D. Pedro III a vontade preponderante, qual porta-voz do P.e Timóteo de Oliveira e dos demais jesuítas junto da rainha.

Uma nova esperança de fé em torno da afirmação do culto nascente a uma escala superior e universal começará a despontar no ânimo do ex-confessor com a edificação e imediata dedicação do templo ao Sagrado Coração de Jesus (Basílica e Convento da Estrela), em cumprimento da promessa do casal real feita em 1760, realizada num conturbado contexto de mudanças e quando as expectativas de liberdade e restauração da Companhia de Jesus eram nulas para o P.e Timóteo de Oliveira, que jazia então no cárcere há mais de um ano. Novamente em liberdade, eis que se depara com a renovação do culto a Jesus, veneração que não lhe era estranha a ele nem aos jesuítas em geral, como é demonstrado pelas memórias dos ex-discípulos, por sua vez, remetentes para o presídio de São Julião da Barra.

Também desta sua vocação ao Sagrado Coração de Jesus deixou testemunho pessoal o P.e Timóteo de Oliveira, logo em 1779, no manuscrito a que reportamos: *Colecção de Várias Obras Latinas e Portuguesas, T. 2.º*, nos *Parabéns*, inteiramente dedicados ao assunto e ainda num lembrete em latim, onde sublinha a batalha travada naquele período, a favor do reconhecimento do culto, pela rainha D. Maria I, junto da Santa

¹² *Mémoires de Sébastien Joseph de Carvalho e Melo, Comte d'Oeyras, Marquis de Pombal*, 4 Vols., 1784. Ver da autora: *Uma voz no deserto*, in ob. cit.

Sé, em consonância com a obra de maior vulto, no mesmo sentido, publicada em Veneza pelo P.e Manuel Marques.¹³

Podemos então rematar, convencidos de que o P.e Timóteo de Oliveira, quando deixou este mundo, partiu acompanhado da doce certeza de que nem tudo estava perdido. A exaltação de Jesus, Redentor e Salvador – âmago da criação da Companhia, tão bem acolhida pela corte, reinos e domínios de Portugal – anunciava-se como universal e perene continuadora dos mesmos propósitos. O que viesse dali para o futuro, não podia já caber nos horizontes do P.e Timóteo de Oliveira, que faleceu em Lisboa, na freguesia de Alcântara, no dia 1 de Abril de 1793. Terá manifestado antes, a sua derradeira vontade de ser sepultado como foi, no espaço conventual de Nossa Senhora das Necessidades, da Congregação do Oratório, devoção querida da rainha D. Maria Ana de Áustria e não menos de D. João V, seus amigos e protectores.

¹³ *Contra impugnantorum cultus S.^mº Cordis Jesu*, in Cód. 7661, fls. 1135-136; *Defensi cultus SS. Cordis Jesu*, respectivamente. Ver da autora: *A pedra de Fecho*, in ob. cit.